

Countryside in the Age of Capitalist Transformation (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1985, p: 259-285.

FLANDRIN, J. L. Familles: parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société. Paris, Editions de Seuil. 1984

GALESKI, B. Basic concepts of rural Sociology. Manchester, Manchester University, 1975.

HERWIG, T. G. Die Tochter des Pioners. Porto Alegre, Fundação Cultural 25 de Julho, 1984.

MOURA, M.M. Os Herdeiros da Terra. São Paulo HUCITEC, 1978.

RADCLIFE-BROWN, A.R. Structure and function in primitive society. New York. Free Press, 1965.

RODRIGUES, L.I. O avesso do casamento. Master's degree dissertation. Department of Anthropology. University of Brasília, 1991.

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. Rio de Janeiro Boletim do Museu Nacional, 52, 1985.

SOARES, L.M. O forte e o fraco, o dentro e o fora. Undergraduate dissertation. Department of Anthropology. University of Brasília, 1987

VIANNA, A. Terra de Casamento. Ponencia apresentada em la REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, Curitiba, 1986.

WOORTMANN, E. F. 1988. Keim e parentesco: reflexões sobre uma categoria cultural de colonos teuto-brasileiros. Revista Brasileira de Estudos de População. Vol.5, n.1, pp.21-35, 1988.

WOORTMANN, E. F. A árvore da memória In: Anuário Antropológico/92. Rio de Janeiro. Edições Tempo Brasileiro, 1994.

WOORTMANN, E. F. Herdeiros, parentes e compadres. São Paulo/Brasília. HUCITEC/Edumb, 1995.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia. In: Anuário Antropológico/87; Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1988.

## MULHERES ASSENTADAS NA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: PAPÉIS EM TRANSFORMAÇÃO

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante<sup>1</sup>  
Henrique Carmona Duval<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo é focado nas mudanças no cotidiano e no trabalho das mulheres rurais na contemporaneidade, sem que isso implique em uma ruptura com práticas enraizadas nas suas vidas. Procurando trabalhar as relações entre produção/reprodução social de maneira crítica, apresentamos aqui resultados de pesquisas realizadas nos assentamentos rurais da região Central do estado de São Paulo. Mais especificamente, voltamos a discussão para o papel das mulheres nos sistemas produtivos, para políticas públicas com recorte de gênero e para a adoção de tecnologias e a constituição de associações de mulheres nos assentamentos. Fora de casa, as mulheres se fazem ouvir por agentes municipais e conquistam espaços de agroindustrialização familiar, possibilitando, além de um trabalho que complementa a renda familiar e as inserem no mercado urbano, um aprendizado político coletivo. No contexto da redefinição do papel das mulheres, que não deixam de

<sup>1</sup> Socióloga, Pesquisadora 1A CNPq, coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - UNIARA.

<sup>2</sup> Doutorando em Ciências Sociais no IFCH/UNICAMP e pesquisador do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - UNIARA.

exercer suas atividades domésticas, novas rotinas lhes são atribuídas com reflexos nas transformações mais gerais das famílias rurais.

**Palavras-chave:** Mulheres Assentadas, Gênero, Modo de Vida.

#### ABSTRACT

*This paper highlights the role of rural women in the light of contemporary time emphasizing the transformations in their work and daily lives thus avoiding the negative effects of these transformations on their traditional knowledge and practices, while they show interest in addressing critically the relationship between social reproduction and production. We here describe the results of the surveys, which were conducted in the rural settlements in the central region of the State of São Paulo. More specifically, the discussion will focus on the role of women in production systems, with an emphasis on the issues of gender and public policy, on the adoption of technologies, and the creation of women's organizations in the settlements. Working outside the home women have their voices heard at local level and influence local priorities and decision-makers, helping them to have better access to productive resources to allow for the development of family farms with respect to agro-industrialization whereas their earnings from alternative employments will supplement the household income, inserting themselves into the urban labor market, promoting political interests and encouraging participation in the political processes. In this context, with the redefinition of the roles of women, who continue to be responsible for household maintenance, household chores and childcare, new duties were incorporated into their daily lives, influencing the transformations of the rural families.*

**Keywords:** Rural Settler Women, Gender, Way of Life.

#### INTRODUÇÃO

No presente artigo, discutimos alguns aspectos do papel reprodutivo das mulheres, principalmente a partir do autoconsumo alimentar das famílias rurais e nas suas iniciativas para diversificar a produção. Apresentamos como isso vem mudando com a experiência de mulheres no comando de agroindústrias familiares (caseiras ou comunitárias). Igualmente, apresentamos dados recentes de uma pesquisa de âmbito estadual realizada em conjunto com o INCRA/SP, que procurou ressaltar as diversidades regionais na relação assentamentos rurais e desenvolvimento e na qual também foram investigadas as relações de gênero. Utilizaremos os dados da região central do estado de São Paulo para ilustrar o papel das mulhe-

res nos sistemas produtivos, nas agroindústrias caseiras, nas atividades não agrícolas e no recebimento de créditos específicos.

A partir da perspectiva de que o papel e o trabalho das mulheres rurais vêm sendo assim redefinidos, algumas mulheres do assentamento Monte Alegre, localizado na região conhecida como Califórnia Brasileira e implantado em 1985, se organizaram em torno de ações municipais (Orçamento Participativo e Economia Solidária), conquistando uma padaria e uma cozinha comunitárias. O acompanhamento da experiência revela que elas se organizaram em associações exclusivamente de mulheres e passaram a produzir alimentos como pães, bolos e doces, normalmente feitos para o autoconsumo e a partir de receitas tradicionais, mas agora existem processos produtivos mais modernos que possibilitam o aumento do volume da produção e satisfazem necessidades sanitárias, possibilitando a comercialização de seus produtos em espaços urbanos.

Por meio de trabalho de campo, observação direta e registro em diários de campo, vem sendo possível perceber que diminui a dicotomia público-privado em relação ao papel das mulheres assentadas rurais, na medida em que elas reivindicam ações públicas; seus novos trabalhos extrapolam a esfera domiciliar e atingem a esfera da produção agroindustrial familiar, inclusive, pelo fato de elas processarem produtos do próprio lote, com repercussões na composição da renda familiar e também pelo fato de sua produção (antes restrita ao consumo familiar) chegar ao mercado consumidor dentro e fora do assentamento e nos programas de compras governamentais.

#### INVISIBILIDADE DO TRABALHO FEMININO: EXPRESSÃO DA MASCULINIZAÇÃO DO MUNDO RURAL

Um estudo publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2006) constatou que a questão do trabalho feminino em atividades agropecuárias é repleta de invisibilidades. A invisibilidade do trabalho feminino se expressa inicialmente no fato de as mulheres trabalharem sem remuneração. Cerca de 40% das mulheres que trabalhavam em atividades agropecuárias não usufruíram de *status* de trabalhadoras, porque têm jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais e/ou são ocupadas nas atividades de autoconsumo<sup>3</sup>. Suas atividades agropecuárias são ligadas à repro-

<sup>3</sup> Essas duas categorias (jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais e autoconsumo) não contavam como trabalho propriamente dito pelo PNAD/IBGE até 1992, quando houve uma reformulação

dução familiar e não geram rendimentos quantificáveis monetariamente, ou seja, são como uma extensão de seu papel como mãe/esposa/dona de casa, que é considerado (naturalizado) como o trabalho da mulher rural.

Mesmo que exerça tais atividades e isso lhe retorne financeiramente, há uma tendência historicizada de que sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias é reduzida ou secundária, pois somente quando depois de suas obrigações domésticas ela ajuda o homem. Nesse ponto, a invisibilidade pode se dar pela interiorização da diferença pela própria mulher rural. Ela mesma tem dificuldade em distinguir seus trabalhos agropecuários na horta e no quintal do seu cotidiano como dona de casa, podendo assim subestimar sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias.

Segundo dados dessa mesma pesquisa, as atividades de autoconsumo ocupam cerca de 40% do total de mão de obra feminina e 8,9% da mão de obra masculina na agropecuária. "Em 2004, dedicaram-se à atividade de autoconsumo cerca de 3.387.184 pessoas, com uma taxa de participação de 68% de mulheres e 31,8% homens. Portanto, são atividades vinculadas às mulheres e ao seu cotidiano" (BRASIL, 2006, p.54). Considerando-se a importância do autoconsumo no meio rural, pelo fato de que se trabalha sem remuneração e mesmo assim se tem acesso ao alimento, gera um excedente a ser comercializado, seu produto deve, sem sombra de dúvidas, ser incorporado à renda familiar.

### O PAPEL NATURALIZADO DA MULHER RURAL EM CASA

Se historicamente o papel das mulheres na agricultura familiar é voltado às necessidades de reprodução social de famílias rurais, em contraposição (ou complementaridade) ao papel produtivo dos homens, a demarcação desses papéis não implica rigidez conceitual. Mas é expressão da naturalização do que é o trabalho para a mulher e para o homem numa propriedade agrícola familiar. Por outro lado, mudanças advindas da racionalidade urbano-industrial impõem novas práticas sociais às mulheres rurais, como novos trabalhos e a necessidade de obter renda monetária. Por mais que o papel das mulheres em casa não seja diminuído, elas também passam a se ocupar em outras atividades dentro e fora dos assentamentos. Dentro dos assentamentos, há exemplos que apontam para atividades na agroindústria familiar e na sua inserção em políticas públicas, fazendo-se ouvir por agentes municipais e participando de espaços urbanos de comercialização.

O trabalho agrícola da mulher é geralmente invisível, porque é voltado à reprodução familiar, é planejado conforme as necessidades alimentares da família, o que facilita, de certa maneira, a diversificação agrícola e outras práticas agroecológicas na terra – como consorciamentos, capina manual, adubação orgânica com sobras da alimentação, integração animal/vegetal, dentre outras, feitas em pequenos lugares do lote agrícola (DUVAL, 2009). A alimentação da família envolve uma cesta alimentar diversificada e também a preocupação de ingerir alimentos "naturais", levando-se em conta o bem-estar da família e atingindo a esfera nutricional e a satisfação do gosto e das preferências alimentares. Com isso, a mulher traz para dentro de casa os amidos, as vitaminas, os sais minerais, as proteínas animais advindos das pequenas criações de que toma conta. Essa relação com a terra é considerada de afetividade, da qual surgem os quintais domésticos, "lugares"<sup>4</sup> do autoconsumo, que são mais de responsabilidade das mulheres e possuem diversas funções no interior de uma propriedade rural familiar.

Segundo Woortmann (1993), as mulheres também são detentoras e guardiãs de valores culturais e sociais do grupo, como os conhecimentos sobre ervas medicinais, cultivo e administração de remédios feitos por elas mesmas, novenas e orações para proteção do homem e dos filhos, ou seja, outra dimensão do autoconsumo referente à produção de remédios caseiros cujas religiosidade e magia são fortes componentes. Além disso, é ela a maior responsável por educar os filhos, geralmente tem maior convivência com eles, principalmente nos primeiros anos de vida, retransmitindo conhecimentos, valores e, portanto, responsável pela reprodução social. Seu trabalho extrapola a esfera doméstica e a construção do lugar, enquanto seu papel também é o de tecer importantes estruturas das redes sociais internas e externas às comunidades. Isso porque historicamente são atribuídas à mulher tarefas externas, como sair para comercializar a produção. Porém, a autora supracitada também explica que esse cotidiano de reprodutora social da mulher sofre alterações na modernidade, novos trabalhos lhe são impostos e, com eles, a obrigação de se ganhar dinheiro.

Pesquisas feitas no contexto dos assentamentos de reforma agrária apontam diferenças nas memórias masculina e feminina, conforme depoimentos coletados por Whitaker et al. (1994), que podem ser expressas no fato de que a memória masculina prioriza a produção, os meios de produção da vida. Já a

4 Para Martins (2009), existe uma distinção entre o que se conceitua por espaço e por lugar. Na construção dos lotes agrícolas dentre famílias assentadas pesquisadas pela autora, o lugar é o espaço transformado por relações de afetividade. Tais relações podem ser também entre as pessoas e a terra e os animais, e não apenas entre membros familiares, vizinhos, amigos etc.

memória feminina prioriza os casamentos, a alimentação, os meios de reprodução da vida. Portanto, para Whitaker et al. (1994), as memórias femininas valorizam a reprodução social e sua presença está relacionada ao trabalho na roça e na casa, na indústria doméstica – plantações e animais são produtos do seu trabalho, para a reprodução nutricional e social da família.

Segundo Brumer (2005), para as mulheres assentadas o acesso à terra também está associado ao bom estado nutricional das famílias, pois elas cuidam da produção da alimentação (de atividades agrícolas às culinárias). Porém, as mulheres também podem obter renda quando produzem e comercializam, ou quando têm emprego fora do lote, o que as levam a priorizar essa obtenção de renda ao invés do trabalho no lote. Mesmo quando possuem fontes de renda, elas tendem a aplicar o dinheiro ganho em produtos para a família, para o estado nutricional dos filhos, por exemplo, enquanto homens muitas vezes gastam em despesas pessoais. Quando trabalham apenas no lote, Brumer (2005) também percebeu que as mulheres são responsáveis pela horta e pelo cuidado de pequenos animais.

As mulheres assentadas cuidam da reprodução da família e participam das atividades agrícolas de pequeno porte, geralmente associadas ao abastecimento alimentar. Atividades secundárias para elas são atividades que demandam mais trabalho nos roçados, como nas colheitas e plantios de áreas maiores, nos espaços produtivos de maior responsabilidade dos homens. Por causa das tarefas domésticas e atividades que não geram renda diretamente, o trabalho da mulher se torna invisível. Desse ponto de vista, as relações de gênero adquirem hierarquias de poder que refletem a estrutura social “convencional”, na qual o homem está sempre em posição superior à da mulher, reproduzindo assim uma situação de violência simbólica<sup>5</sup>.

Esta atribuição de papéis, exigências e expectativas são sociais e não biológicas, por isso podem variar no tempo e no espaço. Então, ainda conforme Brumer (2005), os assentamentos de reforma agrária são locais privilegiados para o estudo de gênero, porque a construção desse espaço social tem por base a mudança de condições sociais. Com as novas exigências da modernidade, cresce a necessidade da mulher rural ter outras ocupações para obter renda, então passam a cortar cana nos locais onde

5 Para Bourdieu (1989), a violência simbólica é violência econômica. O trabalho rural familiar exercido pelas mulheres não é reconhecido porque é reprodutivo, enquanto o do homem é produtivo e se reverte em dinheiro. Metaforicamente, Bourdieu exemplifica que a mão direita do Estado é a mão das finanças e a mão esquerda é de questões “sociais”; assim, a direita subjuga a esquerda. Por conseguinte, o papel produtivo do homem se sobressai ao reprodutivo da mulher, porque ele gera uma renda mais visível, expressa em valores monetários.

antes faziam agricultura de subsistência e extrativismo, passam a fazer faxina e ter outras ocupações nas cidades, em vez de cuidar de suas próprias casas. De igual modo, elas passam a beneficiar produtos no interior da propriedade para vendê-los no mercado urbano, em vez de apenas ao autoconsumo. Se a mulher não trabalha para obter dinheiro, sua reputação é cada vez pior (WOORTMANN, 1993).

Diante desse quadro, as mulheres rurais vêm se mobilizando em esferas política e produtiva em busca de sua autoafirmação. Muitas delas partem para a busca de alternativas e, hoje em dia, já se percebe um forte movimento feminista que ocasiona grande demanda de trabalho voltado a elas.

### A IMPORTÂNCIA DAS MULHERES NOS SISTEMAS PRODUTIVOS: CONTESTANDO INVISIBILIDADES

Passamos a apresentar dados coletados em sete assentamentos da região central do Estado de São Paulo, conforme o quadro a seguir, advindos de uma pesquisa estadual que procurou ressaltar diversidades regionais na relação assentamentos rurais e desenvolvimento. Foram aplicados 60 questionários em uma amostra aleatória, além de registros em diários de campo. Também foram realizadas entrevistas com lideranças políticas e produtivas dos assentamentos e com técnicos e gestores do INCRA/SP, buscando traçar um panorama dos assentamentos visitados e da região como um todo. Destacamos os dados que caracterizam os sistemas produtivos nos assentamentos e a participação das mulheres assentadas nos principais cultivos vegetais, criações animais, agroindústrias e atividades não agrícolas. Por outro lado, analisamos a execução do crédito de fomento de Apoio Mulher.

Quadro 1: Amostragem dos assentamentos

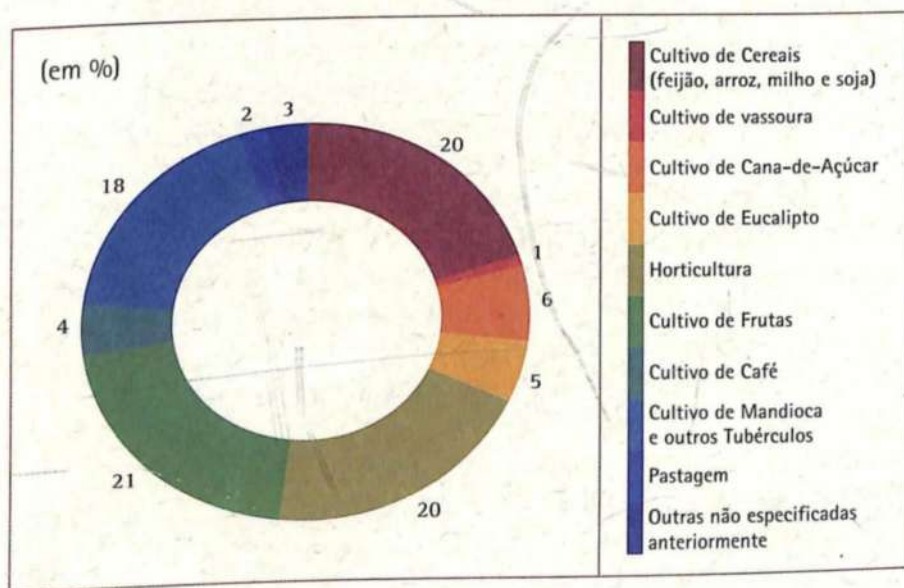
| Município      | Assentamento              | Data de criação | Número de famílias |
|----------------|---------------------------|-----------------|--------------------|
| Araraquara     | PA Bela Vista do Chibarro | 27/05/89        | 244                |
| Piratininga    | PA Santo Antônio          | 19/12/01        | 26                 |
| Iaras          | PA Zumbi dos Palmares     | 16/09/98        | 332                |
| Colômbia       | PA Formiga                | 10/11/98        | 58                 |
| Descalvado     | PDS 21 de Dezembro        | 10/12/05        | 40                 |
| São Carlos     | PA Nova São Carlos        | 20/06/07        | 110                |
| Ribeirão Preto | PDS Fazenda da Barra      | 21/08/09        | 440                |
| TOTAL          |                           |                 | 1.250              |

## PRODUÇÃO VEGETAL

O gráfico abaixo demonstra que, dentre as culturas produzidas nos assentamentos da Região Central, as que mais aparecem são as frutas (21%), seguidas de perto pelos cereais (feijão, arroz, milho e soja, com 20% ao todo), pela horticultura (20%) e pelo cultivo de mandioca e outros tubérculos (18%).

Outros cultivos presentes são: 1% é cultivo da vassoura, 6% são cultivos de cana-de-açúcar, 5% são cultivos de eucalipto, 4% são cultivos de café, 2% de pastagens e 3% com outras culturas não especificadas anteriormente. Vale lembrar que muitos assentados plantam cana com contratos com usinas da região, como em Araraquara e em Colômbia, porém muitas vezes essa informação é omitida porque a prática não é legalizada pelo INCRA e os 6% representados abaixo como cultivo de cana, se referem mais ao trato dos animais.

Gráfico 01: Tipos de culturas produzidas



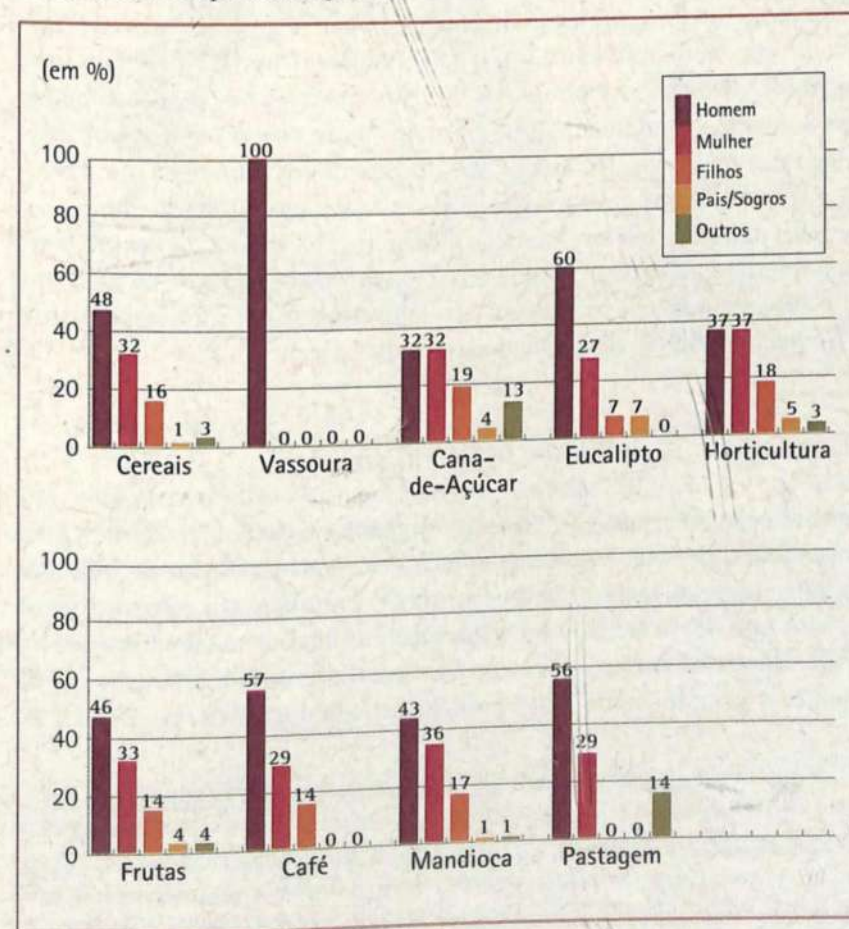
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Considerados os quatro primeiros grupos de alimentos (frutas, cereais, horticultura e raízes), podemos afirmar que a parte destinada ao auto-consumo é alta e que se trata de uma produção que, além de consumida pelas próprias famílias, é em grande medida comercializada em programas institucionais e feiras, além de se inserir numa rede de trocas de alimentos no interior dos assentamentos. Consideramos ainda que todos

eles são alimentos enraizados na dieta da população, por isso podem ser aproveitados de diversas maneiras no interior do lote e nas formas de comercialização, o que aumenta a variabilidade da destinação desses produtos e os torna estratégicos para as famílias assentadas.

O gráfico a seguir revela quem cuida das produções nos lotes e percebe-se uma frequente atuação das mulheres no trabalho. Ou seja, se os homens foram em todos os casos mencionados como os principais responsáveis pelos cultivos vegetais, aparecem sempre seguidos de perto pelas mulheres. Ressalta-se a participação dos filhos como responsáveis pelo trabalho agrícola em significativa porcentagem que varia entre 14% e 18% nos principais cultivos vegetais.

Gráfico 02: Responsável pela cultura



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

O gráfico também mostra que a horticultura nestes assentamentos é de responsabilidade compartilhada entre homens e mulheres, cada um com 37% dos casos. Interessante, porque esta é a produção vegetal mais intensiva em mão de obra e a que mais se insere no mercado institucional aberto por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>6</sup>. Já na produção de mandioca e outras tuberosas, a diferença é de apenas 7%, ou seja, 43% dos homens contra 36% das mulheres. No cultivo de frutas, essa diferença sobe para 13%. No caso dos cereais, 48% dos responsáveis são os homens e 32% são as mulheres, talvez por se tratar da menor intensidade de mão de obra dentre as 4 principais produções vegetais (já que várias etapas produtivas dos cereais são feitas por máquinas).

As maiores diferenças entre os gêneros na produção vegetal nos lotes ficam por conta da produção de eucalipto, café e pastagem. Para o cultivo do eucalipto, que não é intensivo em mão de obra. No caso do café, podemos afirmar que embora a produção seja mais de responsabilidade dos homens, a comercialização na maior parte das vezes é responsabilidade das mulheres. No assentamento Zumbi dos Palmares, por exemplo, aplicamos um questionário em um lote, cujos titulares (homem e mulher) plantam, torram, moem e ensacam café. No dia da nossa visita, a mulher não pôde ficar porque era o dia de entregar o café na prefeitura e ela teve que sair às pressas para aproveitar uma carona, enquanto o homem e uma agregada ficaram nos atendendo<sup>7</sup>.

### PRODUÇÃO ANIMAL: AS MULHERES NO COMANDO

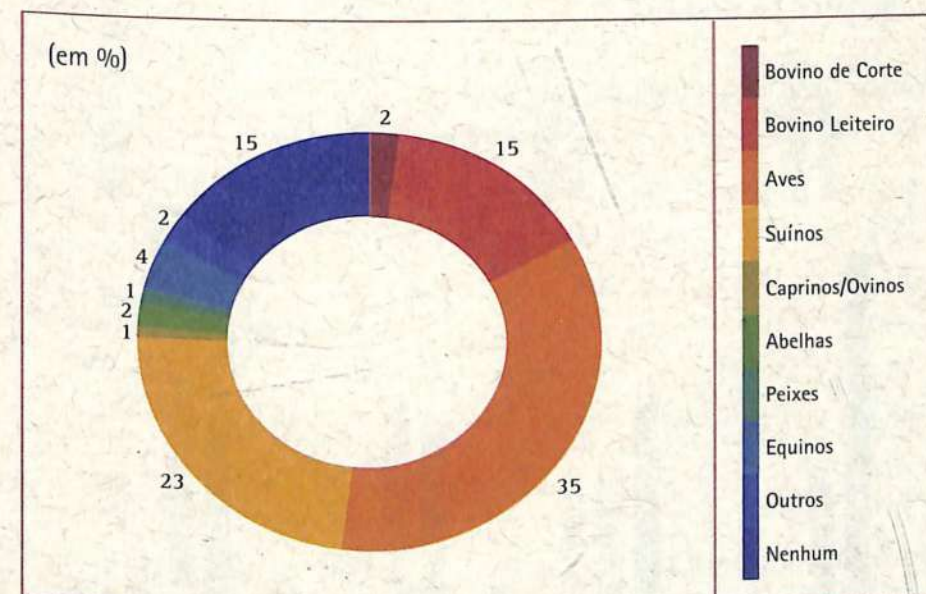
Com relação ao sistema de criação animal dos assentamentos da região Araraquara, podemos perceber que prevalece a produção de leite e a criação de pequenos animais, como aves e suínos. O gráfico a seguir mostra que quase 60% de toda produção animal dos assentamentos da região são referentes à criação de aves e suínos, 35% e 23% respectivamente. E a produção de leite aparece em 15% dos casos.

<sup>6</sup> Os demais principais cultivos vegetais igualmente se inserem no mercado institucional, embora com menor intensidade.

<sup>7</sup> Não poderíamos deixar de ilustrar que essa agregada é uma mulher que foi expulsa do seu lote pelo marido. Segundo os entrevistados, isso aconteceu porque o marido arrumou outra mulher. Ela não tinha para onde ir, estava morando de favor e ajudando no trabalho do lote desses amigos. A mulher acompanhou a conversa de outro cômodo da casa, quase não nos olhou no rosto e não disse uma palavra, a não ser concordar quando o assentado nos contou sua situação.

Com menor destaque aparecem as criações de equinos com 4%, seguidas da criação de bovinos de corte e abelhas, ambas com 2%. Ainda aparece Caprino-Ovinos e a piscicultura com 1% e outras criações com 2%, que no caso são coelhos e patos. Outro dado importante que deve ser observado neste gráfico é com relação ao que não se aplica que mostra que, dos 60 questionários aplicados nessa região, apenas 15% não possuem nenhum tipo de criação animal em seus lotes.

Gráfico 03: Produção animal



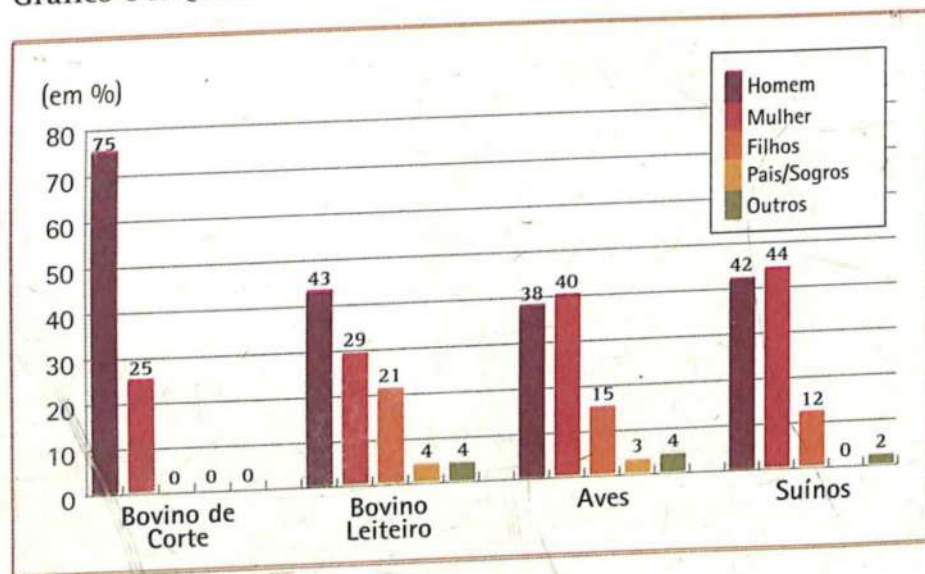
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Com relação à destinação das principais criações animais e seus subprodutos, como o leite, prevalece o autoconsumo. Na comercialização, prevalece a venda ocasional nos mercados internos dos assentamentos e nos municípios do entorno. No mercado institucional há uma série de entraves a serem superados, como maior financiamento na agroindustrialização, na formação dos assentados e na inclusão da produção com características artesanais nos municípios.

Analisando a questão dos responsáveis pelas criações descritas acima, podemos observar a grande importância do papel da mulher na condução de todo processo produtivo das pequenas criações (aves e suínos) e também na produção de leite. Com relação à criação de aves, as mulheres são as maiores responsáveis, aparecendo em 40% dos casos, enquanto os homens representam 38% e os filhos, 15%.

A análise dos responsáveis pela criação de suínos mostra cenário parecido, no qual 44% são representados pelas mulheres, 42% pelos homens, os filhos aparecem com 12% e outros com apenas 2%. Na bovinocultura de leite é possível constatar o maior envolvimento da família na produção, os homens aparecendo como 43% dos responsáveis, seguido das mulheres com 29% e os filhos com 21%, em menor representatividade aparecem ainda pais/sogros e outros, ambos com 4%. Através da pesquisa de campo foi possível observar que na categoria outros se enquadram normalmente netos(as), sobrinhos(as), cunhados(as) e tios(as).

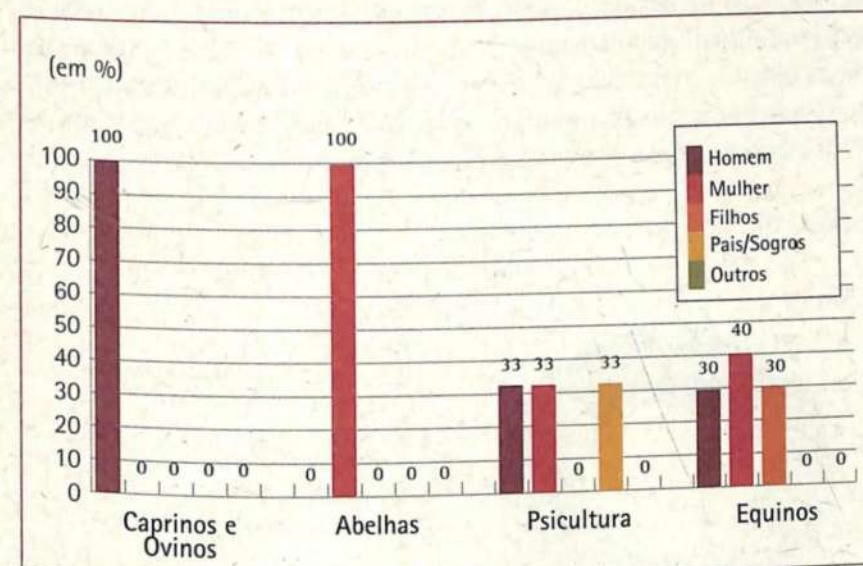
Gráfico 04: Quem cuida da criação



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Já as criações a seguir apresentam um número bastante reduzido de produtores. No caso da criação de caprinos e ovinos, por exemplo, apenas um produtor dos sessenta entrevistados trabalha nesta atividade. Além de existir apenas um produtor, foi ele quem respondeu o questionário, podendo ter influência direta no resultado do gráfico, que mostra que apenas ele é responsável pela produção. Por outro lado, na criação de abelhas, 100% dos responsáveis são mulheres. Já na piscicultura, este dado é dividido entre o homem, a mulher, pais e sogros, sendo cada um deles 33% dos responsáveis. O número referente à criação de equinos mostra que as mulheres são as maiores responsáveis, com 40% do total, seguidas dos homens e filhos, cada um com 30%.

Gráfico 05 – Quem cuida da criação



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

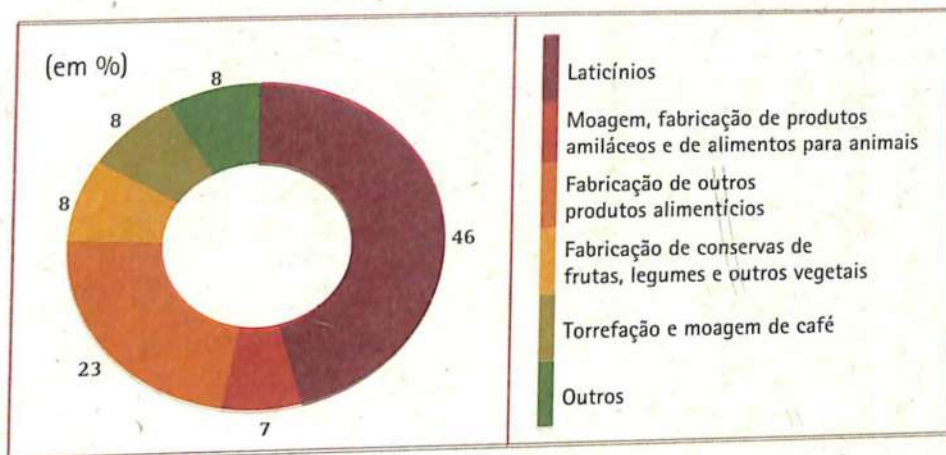
### AGROINDÚSTRIA E PRODUÇÃO NÃO AGRÍCOLA: LUGARES ATRIBUÍDOS ÀS MULHERES

A presença de agroindústrias é pouco frequente na região estudada, apenas 15 assentados disseram que têm. Conforme os gráficos a seguir, nos casos existentes, predominam os laticínios, com boa margem de vantagem sobre a fabricação de outros produtos alimentícios. Cabe ressaltar a participação das mulheres, que têm sido, em maioria, as protagonistas das agroindústrias (em 60% dos casos), especialmente da produção de alimentos, o que reforça seu papel nas perspectivas de garantir segurança alimentar de sua família e do entorno.

A produção é basicamente artesanal e se dá no espaço da casa, em 92% dos casos, o que é explicável pela própria dificuldade de se ter outros espaços mais sofisticados para a agroindustrialização e pela perspectiva das mulheres associarem esta conquista e sua produção a outras tarefas domésticas pelas quais se responsabilizam. Além disso, existe a discriminação que sofrem dos maridos ao partir para atividades maiores, ficam sempre sob o olhar atento da comunidade e demoram a conquistar legitimidade, que segundo algumas entrevistadas, só vem com persistência e com bons resultados financeiros.

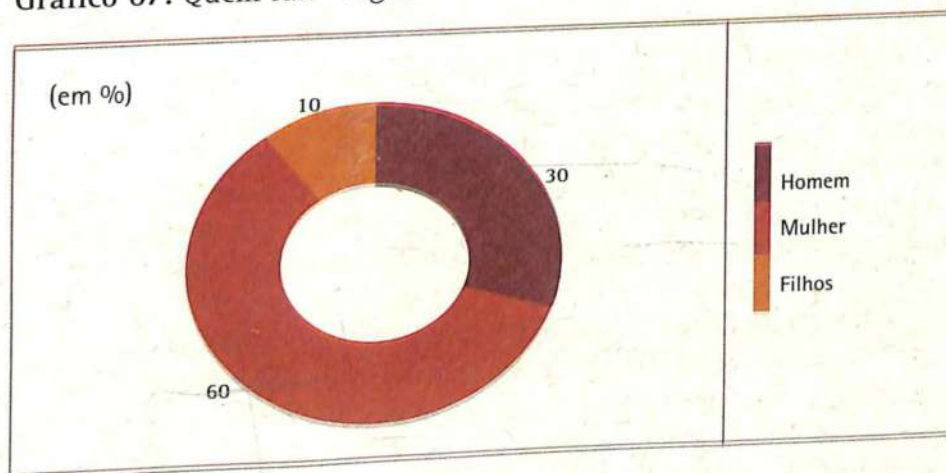
Este mesmo percentual (92% dos casos) refere-se a agroindústrias que não têm selo de inspeção, o que revela igualmente que o investimento na agroindústria familiar não é prioridade na agenda das políticas públicas federais, nem dos programas municipais dirigidos à agricultura e aos assentamentos. Esta dificuldade acaba por impedir a entrada da produção animal nos programas de compras governamentais.

Gráfico 06: Produtos agroindústria



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Gráfico 07: Quem faz – Agroindústria

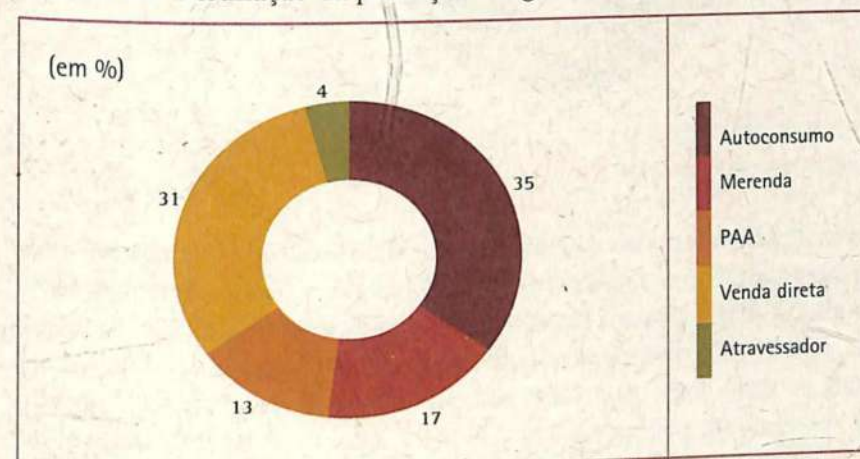


Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

O gráfico a seguir revela a predominância do autoconsumo no destino da produção da agroindústria (em 35% dos casos), seguida bem de perto pela venda direta (31%), pela merenda (17%), pelo PAA (13%)

e pela venda ao atravessador (em apenas 4% dos casos). A produção nessas agroindústrias familiares é voltada ao fabrico de produtos para consumo das próprias famílias e o excedente mais comercializado no mercado interno do assentamento e em feiras. Com o advento de programas como o PAA e o PNAE, agora vem crescendo a comercialização para o mercado institucional, no entanto, pode estar revelando um mercado igualmente mais restritivo aos produtos de características mais artesanais.

Gráfico 08: Destinação da produção – Agroindústria

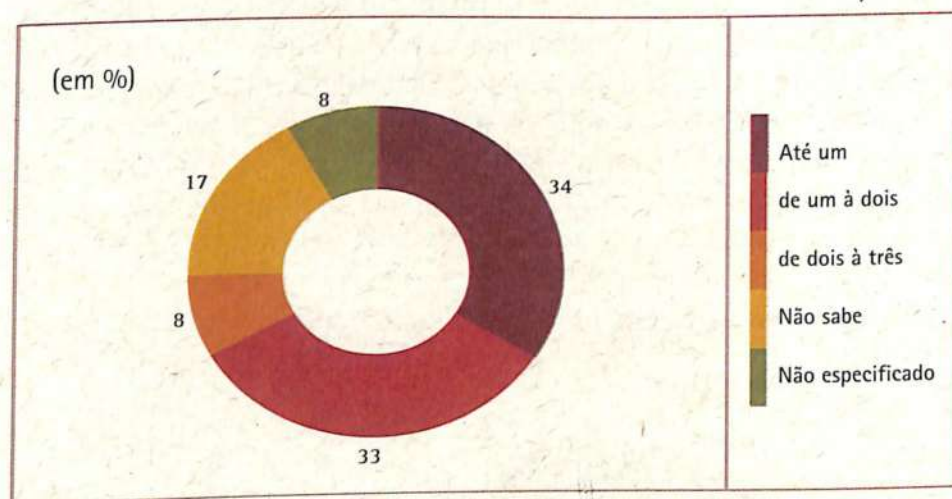


Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A respeito da renda mensal do pessoal ligado à agroindústria, expressa em salários mínimos, os dados apontam um equilíbrio entre a faixa de até um salário mínimo (34%) e o segmento de um a dois salários (33%), sendo significativa a porcentagem dos que não souberam informar, o que revela a pouca familiaridade dos assentados com a lógica contábil expressa em valores monetários. Mesmo assim, 75% dos que possuem agroindustrialização de produtos nos lotes puderam mensurar uma renda mensal. A maioria consegue de 1 a 2 salários mínimos por mês e 8% de 2 a 3 salários mínimos por mês<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Estes dados sobre a renda advinda da atividade de agroindustrialização não foram aplicados no caso das demais produções até aqui mencionadas por conta de que foi verificado que a renda total é uma composição que envolve trabalho no lote, fora do lote e recebimento de benefícios sociais, nem sempre especificados pelos entrevistados. A renda advinda das produções no lote tem igualmente uma variabilidade muito grande em função das diferentes épocas do ano, recebe-se por comercialização da safra, diferentemente da agroindústria caseira e das atividades não agrícolas para as quais os assentados entrevistados conseguiram mensurar um recebimento médio mensal.

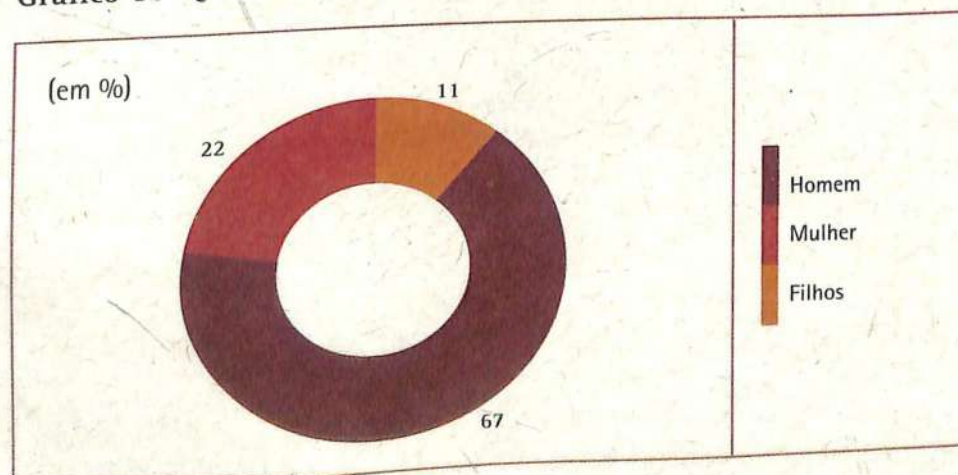
Gráfico 09: Renda mensal (salários-mínimos) – Agroindústria



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

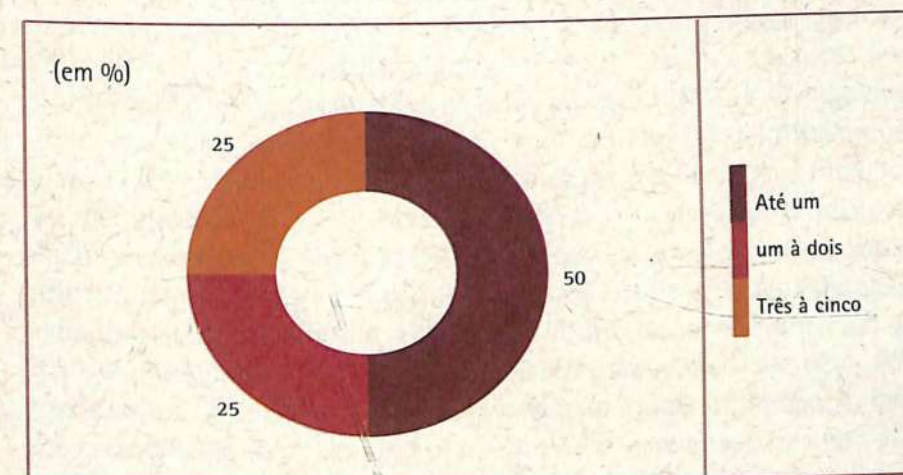
Os assentados da região não realizam atividades não agrícolas em 88% dos casos. Aparece um pequeno percentual (3%) que se dedica à fabricação de produtos têxteis e outros 9% atividades com diferentes tipos de artesanato. No caso do exercício da atividade não agrícola o mesmo é individual em mais de 80% dos casos. Tem destaque a participação das mulheres (em 67% dos casos), pois elas são as maiores responsáveis por costurar, bordar e fazer artesanato, que foram as atividades não agrícolas citadas. Cabe ressaltar que existe um percentual significativo de mulheres que trabalham como assalariadas, geralmente como empregadas domésticas e/ou diaristas na cidade, fator que não está explorado neste artigo.

Gráfico 10: Quem realiza a atividade não agrícola



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Gráfico 11: Renda mensal – Atividade não agrícola



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A realização de atividades não agrícolas garante até um salário mínimo em 50% dos casos, de um a dois em 25% e de três a cinco nos 25% restantes (gráfico acima), demonstrando que são atividades que têm grande relevância na composição da renda das famílias que as fazem, bem como a relevância do conhecimento em costurar e bordar das mulheres.

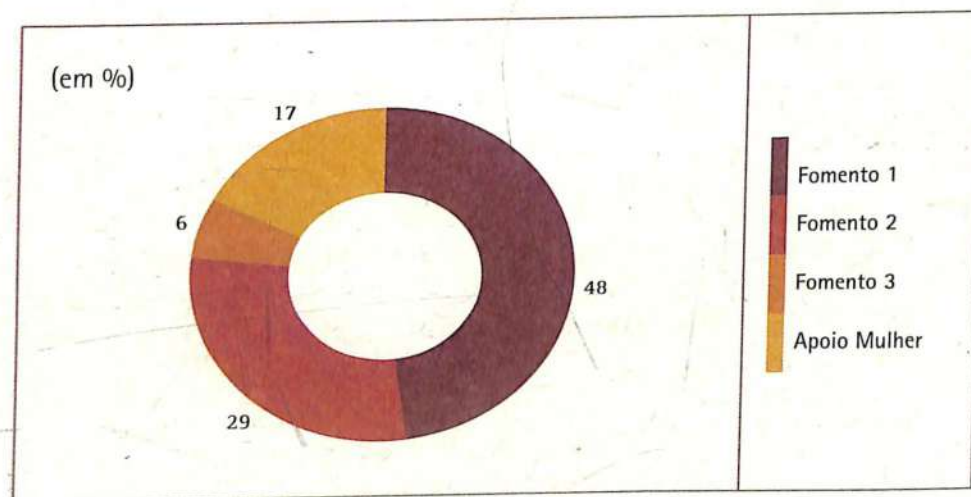
No entanto, reflexões que apontam a maior importância das atividades não agrícolas na permanência dos assentados na terra e no futuro dos assentamentos não se aplicam nesta região. Apesar de não serem predominantes, as atividades não agrícolas contam nas estratégias de reprodução social postas em prática pelos assentados.

Reafirmamos, tais dados reforçam as reflexões que têm apontado a importância do autoconsumo no modo de vida dos assentados, reforçando as análises que apontavam a necessidade de inserir o autoconsumo nas ponderações sobre renda, o que exige a sua abordagem igualmente pelo prisma não diretamente monetário (já que o consumo desses produtos representa tanto uma economia monetária como uma renda a mais pela comercialização do excedente). A visibilidade do autoconsumo é um caminho para a valorização da importância do trabalho feminino.

## FINANCIAMENTO E NOVAS PERSPECTIVAS: ESPAÇOS CONQUISTADOS?

De todos os cultivos mencionados (cereais, horta, tubérculos, frutas, gado leiteiro, aves, suínos e agroindústria), os dados relativos a financiamento mostram que a grande maioria dos assentados não obteve financiamento direto. O que pôde ser percebido é a existência de um crédito (notadamente o Pronaf A, acessado por 37% dos assentados dessa região) que ajuda a estruturar o lote para se começar alguns cultivos e estruturas produtivas. Outros créditos que auxiliam a estruturação produtiva das famílias são os Primeiros Fomentos e o Apoio Mulher. Os dois primeiros fomentos (parcelas anuais no valor de R\$ 2.400,00 nos dois primeiros anos do assentamento) foram acessados pela maioria dos assentados. Conforme o gráfico a seguir, 77% dos assentados acessaram o primeiro e o segundo fomentos. Já o terceiro fomento e o apoio mulher têm percentuais bem mais modestos.

Gráfico 12: Acesso a crédito instalação



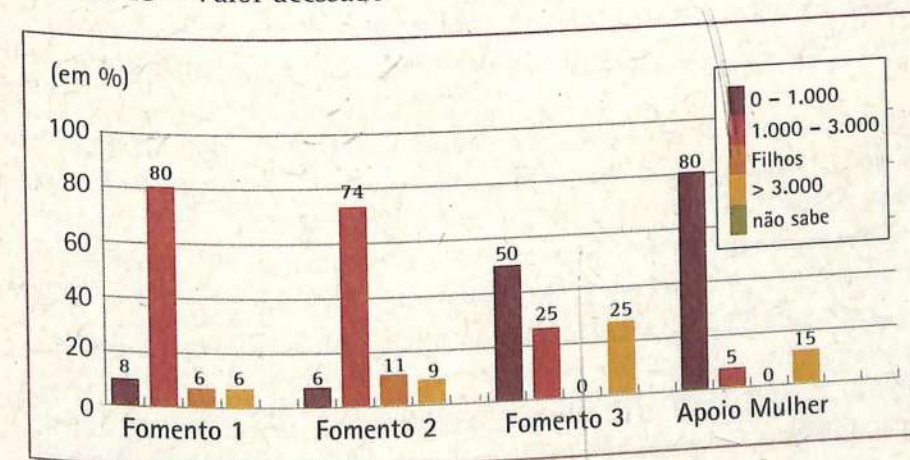
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Com relação ao fomento mulher, apenas 17% das mulheres tiveram acesso. Vale esclarecer que essa é uma modalidade de crédito inicial dos assentamentos, os assentamentos mais antigos, anteriores ao ano 2000, não tiveram acesso a essa modalidade (da nossa amostragem, os assentamentos Bela Vista, Zumbi dos Palmares e Formiga não receberam). Uma realidade que vai de encontro ao número de mulheres titulares de lotes e que acessam outros créditos, pois as políticas voltadas ao gênero feminino muitas vezes não dão conta das particularidades

e demandas deste grupo. Acessar o crédito resulta em uma opção mais masculina e pouco da mulher. É preciso rever, reformular os créditos voltados a esta categoria visando atender às particularidades deste segmento. O fato de serem mais acessados os dois primeiros fomentos também deixa clara essa orientação masculina em decidir como será ordenado o lote agrícola.

Outro fator que pesa contra as mulheres ao acessarem o apoio mulher é o formato de sua liberação. Segundo informações dos técnicos de campo, até o ano de 2011 eram três parcelas anuais de R\$ 800,00. Atualmente, o valor de cada parcela passou para R\$ 1.500,00, perfazendo um total de R\$ 3.000,00 em dois anos. Segundo as mulheres, o valor das parcelas continua muito baixo, pois impede um investimento mais intenso em alguma atividade produtiva, como no caso do gado leiteiro, que exige a aquisição de matrizes e infraestrutura (segundo as mulheres, não dá para esperar para comprar os animais a cada ano). O crédito deve necessariamente ser acessado em grupos de no mínimo 5 mulheres, o que talvez possa contribuir para inibir sua utilização. Pelo que pudemos verificar em campo, a maioria dos projetos sai para a produção de gado leiteiro e subprodutos do leite ou para fruticultura ou cultivo e processamento mínimo de plantas medicinais.

Gráfico 13 - Valor acessado



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Algumas vezes, a falta de acesso se dá pela pouca informação disponível sobre o crédito ou ainda pelo fato de o marido não querer que ela acesse, já que é um dinheiro que teoricamente ela aplicará no lote de forma autônoma.

## MUDANÇAS POSSÍVEIS DE PAPEIS POR MEIO DO PODER LOCAL

Nesta seção, passamos a descrever um estudo de caso por nós acompanhado desde 2006, no intuito de aprofundar a análise e mostrar outro caminho para a ação pública com recorte de gênero. Em outro assentamento da região central do Estado, o Monte Alegre, acompanhamos a formação de grupos produtivos que passaram a disputar recursos no programa de Orçamento Participativo no município de Araraquara, em temáticas específicas para as mulheres. A recente criação de duas associações exclusivamente de mulheres, que lutam por alternativas de trabalho e renda através da agroindustrialização de seus produtos, ilustra a luta por autonomia das mulheres. Elas vêm criando alternativas que lhes retornem financeiramente, buscando sua emancipação, dentro dessa lógica em que predomina o nexos monetário. Após um período de perda do valor de seus trabalhos (prioritariamente domésticos), elas estão se adaptando à racionalidade moderna, mas resgatando alguns pontos essenciais de seus papéis enquanto reprodutoras sociais.

As mulheres do núcleo VI do assentamento Monte Alegre já tinham uma organização informal para a produção de pães, baseada nos seus laços de amizade e vizinhança. A grande participação delas nos programas municipais foi decisiva para que houvesse, nesse momento, uma prioridade em se constituir nesse núcleo uma associação de moradores, que terá como um de seus principais objetivos a produção de pães e bolos como forma de gerar trabalho e renda às “mulheres do pão”.

Acredita-se ser possível distinguir dois momentos desse grupo de mulheres em relação ao modo como eram e são produzidos seus produtos. Até o ano de 2001, as mulheres do núcleo VI utilizavam a cozinha comunitária da escola do assentamento para produzir e comercializar pães, com equipamentos próprios e, em geral, matérias-primas compradas de fora. A comercialização era feita no interior do próprio assentamento e, esporadicamente, nas feiras em cidades próximas. Tratava-se de uma produção artesanal e de uma organização informal, baseada em seus laços de sociabilidade, com pouca expressividade no tocante à geração de renda do grupo, mas importante no âmbito da segurança alimentar.

A partir de 2002, com a reforma da escola e a implantação de uma cozinha mais bem equipada em seu interior, a produção de pães ganha novas perspectivas, somadas ao recém-criado programa Direto do Campo, do município de Araraquara, que abriu espaço no terminal de inte-

gração urbana para a venda direta dos assentados à população urbana, de segunda a sábado. Dois dias da semana ficaram exclusivos para a exposição e vendas dos produtos das mulheres. Nesse programa, a prefeitura apoiou a comercialização da produção fornecendo transporte e bancas para exposição num espaço municipal de grande circulação de pessoas. Em outro espaço, dentro do mesmo programa municipal, a venda começou a ser feita também aos sábados, numa feira na região central da cidade. As mulheres do pão passaram a contar com melhores espaços para a produção e para venda que possibilitaram, senão aumentar substancialmente a renda das mulheres ou maior agregação de valor, incluí-las socialmente ao município.

A atuação das mulheres do assentamento em âmbito municipal, nesse mesmo período, se deu ainda em outra frente. Elas começaram a participar massivamente dos fóruns do Orçamento Participativo, discutindo prioridades e soluções de geração de trabalho e renda para os assentamentos. Assim, também em 2002, a prioridade sugerida por esse grupo foi a aquisição de equipamentos e a construção de uma padaria industrial no núcleo VI. Essa proposta entrou em disputa com outra de outro grupo de mulheres, do núcleo III do mesmo assentamento, que por sua vez reivindicou a aquisição de uma cozinha experimental para a produção de doces. Ao final da “disputa”<sup>9</sup>, embora a prioridade da cozinha tenha sobressaído, as duas iniciativas foram contempladas nesse mesmo ano como se fossem um único projeto. No entanto, apenas em 2008 seus orçamentos foram executados<sup>10</sup>.

Da execução da obra ao funcionamento da cozinha e da padaria, vale lembrar, a organização das assentadas contou ainda com o apoio da

9 Conforme depoimento de uma das integrantes da padaria (núcleo VI), em uma reunião interna de assentados em torno da liberação dos recursos para a execução das agroindústrias, ela chegou a receber ameaças e um chute na canela de um assentado do núcleo III, espécie de liderança que estava lutando para que o investimento do OP fosse para o seu núcleo e não para o outro. Segundo ela, o assentado não é marido ou familiar das mulheres que queriam a cozinha no núcleo III, mas acusou as mulheres do VI de serem incapazes de implementar uma padaria. Isso aconteceu muito em função da demora na execução dos projetos e do risco de se priorizar um ou outro investimento, por parte da prefeitura.

10 Segundo a coordenadora da Economia Solidária à época, algumas prioridades de geração de trabalho e renda do Orçamento Participativo, entre elas a do Monte Alegre III e VI, que estavam atrasadas desde 2002, passaram à nova pasta para serem solucionadas e para que fosse contemplado aquilo que havia sido aprovado no O.P. Em entrevista, ela nos lembrou de que de 2002 a 2008 as mulheres tiveram que perseverar trabalhando na escola e no barracão comunitário, de forma precária, sendo que a maioria das mulheres do núcleo III desistiu da cozinha, passando a trabalhar de forma individualizada ou indo buscar trabalho fora do assentamento (além do caso de uma mulher cuja família teve que ir embora do assentamento por motivo de doença).

prefeitura de Araraquara, através da Coordenação de Economia Solidária, como também com apoio do Itesp e de grupos de pesquisa universitários. Enquanto essa Coordenação atuou na mediação das verbas que garantiram às assentadas o cumprimento de suas demandas, a fim de que as atividades corressem normalmente, junto com um grupo de extensão universitária foi feito auxílio para elaboração dos estatutos das associações e cursos de capacitação<sup>11</sup>.

Atualmente, as mulheres da padaria constituíram-se em associação exclusivamente de mulheres, trabalhando em seus respectivos espaços produtivos, que foram construídos e equipados com verbas públicas municipais, contando também com a parceria de outras instituições (Fundação Itesp, Uniara, Unesp, UFSCar, dentre outras)<sup>12</sup>. A associação da padaria tem doze mulheres, das quais quatro participam ativamente da produção, enquanto as demais são colaboradoras. O grupo da cozinha não é formalizado como associação, embora seja ligado ao conselho de desenvolvimento rural daquele núcleo e, entre idas e vindas, atualmente apenas duas mulheres estão trabalhando ativamente nesse espaço produtivo. No âmbito do assentamento Monte Alegre, esse tipo de iniciativa está representando uma inovação na forma de gerir o território, uma vez que as mulheres propõem produzir em seus lotes agrícolas as matérias-primas para sua própria agroindustrialização ou comprá-las de vizinhas(os), num trabalho capaz de integrar a produção agrícola, o processamento e a venda, tudo feito pelas mulheres, em parceria com agentes regionais e permeado por relações de vizinhança e de amizade – reforçando importantes laços comunitários –, mas também por rupturas.

Vale ressaltar que produzir pães, bolos e doces caseiros é uma atividade cujas receitas vêm de antepassados distantes, oriundas de uma tradição de servir às famílias e que agora passam a ser um meio de gerar trabalho e renda às mulheres rurais. Elas estão se especializando nisso, contando com alta tecnologia e atingindo um público grande no mercado consumidor de Araraquara. Equipamentos de última geração para a fabricação desses produtos são usados para fazer as receitas de “bolo de fubá da vovó”, assim como elas mesmas definem.

11 Trabalhos desenvolvidos dentro dos projetos: Costa, 2008; Ferrante, 2009.

12 Alguns equipamentos que as mulheres solicitaram e ganharam por meio do Orçamento Participativo de Araraquara são: liquidificador industrial, fogão e forno industrial, batedeira industrial, mesa de inox, seladora para os doces em pedaço, freezer, geladeira, cilindro, balança trifásica, batedor de massa, estufa para pães, panelas e formas especiais, dentre outros.

No entanto, o papel das mulheres no trabalho do lote não mudou tanto, mesmo com atividades produtivas, como no caso da padaria do núcleo VI do assentamento Monte Alegre. Conforme depoimento a seguir, a assentada continua responsável pelo trabalho doméstico, ajuda o marido na roça e participa ativamente do grupo religioso de que faz parte, mesmo com suas novas obrigações na padaria.

Era uma quarta-feira e ela estava no lote cortando cana para dar ao gado que a família cria, ou seja, trabalhando na roça junto com o marido. Ela disse que tivemos sorte de chegar naquele horário (às 10h30min), pois ela tinha acabado de parar com essa atividade e ido para casa fazer o almoço. Falou-nos: “daqui a pouco chega o homem e o almoço tem que estar pronto”, por isso não podia parar para nos atender naquele momento. Perguntamos em quais dias da semana ela estava na cidade para vender os produtos no terminal, e se ela poderia responder algumas perguntas num outro momento. Ela respondeu que às sextas-feiras ela está no terminal de integração e chega tarde em casa, só dá tempo de descansar um pouco. No sábado, ela acorda às 02h30min e começa a preparar as mercadorias para ir à feira da Praça Pedro de Toledo. Volta da feira por volta das 13h00 e logo já precisa ir lavar a igreja, onde participa do grupo de orações e do coral. Só depois disso tudo vai dormir. Descansa no domingo, pois segunda-feira começa tudo outra vez. Bem, provavelmente no domingo ela também tem trabalho doméstico, portanto esse descanso é relativo. (Diário de Campo, 19/03/2009).

Essa assentada é uma das lideranças da associação da padaria, é ela que resolve todos os assuntos e mobiliza as mulheres, seu lote é o mais próximo da padaria. Mesmo com toda sua rotina de liderança na padaria, na comercialização dos produtos em feiras na cidade e de participar ativamente de atividades em sua igreja, ela encontra tempo para exercer seus serviços domésticos e produtivos no lote.

## CONCLUSÕES

A análise demonstrou mudanças no cotidiano das mulheres rurais, no campo das associações, da politização de espaços de sociabilidade, as mulheres começaram por tomar a dianteira em questões de infraestrutura, em reivindicações apresentadas à Prefeitura. A partir dessas iniciativas, começaram a discutir formas de complementar a renda. Por outra

entrada, a emergência das mulheres rurais nos movimentos sociais proporcionou seu aparecimento como sujeito político, constituindo espaços importantes de ressignificação de suas atividades produtivas.

Podemos afirmar que a inserção das mulheres rurais no campo político tem possibilitado um aprendizado coletivo, com a ressalva de que este é um campo de forças no qual relações de gênero se fazem presentes. Existe a perspectiva de fomentar uma rede de comunicação que permita às trabalhadoras a incorporação de um saber/poder que deve ter irradiações no processo de ação/decisão dos assentamentos.

Este aprendizado também se dá em esferas organizativa e produtiva. No entanto, a abertura de poder público municipal à transformação possível dos papéis das mulheres assentadas não se deu sem atalhos e muitos paradoxos, pois a prática de ampliar a participação popular se mesclou a muitos traços de clientelismos e de uma cultura da dádiva.

Como afirmado, a construção de uma nova identidade política e mediada pelos novos horizontes que se abrem timidamente no campo das políticas públicas não implica necessariamente em rompimento com as formas de dominação anteriormente vigentes no interior das famílias. Novos lugares foram constituídos pelos movimentos sociais, pelos formuladores das práticas públicas. Os mesmos não trazem, magicamente, como consequência, uma (re)socialização que inverta posições naturalizadas e, de fato, levem a mulher a entrar no campo dos direitos em todas as dimensões da vida social.

Entretanto, pode-se afirmar que o papel da mulher nos dias atuais tem superado em parte aqueles que se consolidaram historicamente (qual seja, o de procriar e cuidar da família), acrescentando outros espaços que vêm conquistando, que não aqueles da esfera doméstica. Mudanças vêm ocorrendo e as mulheres parecem mais participativas nas tomadas das decisões. As políticas públicas, por vezes, não focam o segmento feminino – embora as mulheres busquem participar de projetos públicos voltados para a produção ou instalação de equipamentos sociais. Outras vezes, são limitadas às informações das assentadas sobre as possibilidades de utilização de crédito. Há outras situações a considerar.

Certamente, as práticas que realmente movem as mulheres – sua responsabilidade pelo autoconsumo e pela diversificação das atividades agrícolas – são desqualificadas pelo modelo de economia convencio-

nal. Entretanto, a relação entre cidadania, políticas públicas e trabalhadoras rurais não pode ser discutida somente pela lógica do mercado. Estão sendo deixadas de lado questões essenciais à economia feminina e à satisfação das necessidades humanas.

A produção do viver, a dimensão econômica (mesmo que não monetária) do trabalho das mulheres na reprodução, além das desigualdades sociais geradas pelo restrito acesso aos bens, à renda e aos serviços exigem a associação da questão da cidadania das políticas públicas a outros conceitos e à construção de outros olhares.

Questões que, com certeza, devem compor uma agenda de pesquisa sobre a mulher assentada e trabalhadora rural e, além disso, podem estimular a inserção das mulheres nos embriões de modelos alternativos de desenvolvimento rural.

## REFERÊNCIAS

- COSTA, M.B.B. da. Apoio à Construção de Processos de Geração de Ocupação, Renda e Sustentabilidade na Agricultura Familiar Paulista. Projeto de Pesquisa, CNPq, 2008.
- BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no MERCOSUL. Brasília: MDA, 2006 (série NEAD Debate, n.9).
- BRUMER, A. Gênero e geração em assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JR, O. Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA, 2005, pp.351-371.
- DUVAL, H.C. Da Terra ao Prato: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural. 2009, 194 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2009.
- FERRANTE, V.L.S.B. Relações de Gênero e Iniciativas de Outro Modelo de Desenvolvimento: análise da participação das mulheres em assentamentos rurais, Projeto de Pesquisa, CNPq, 2009.
- FERRANTE, V.L.S.B.; DUVAL, H.C. Lugares atribuídos e espaços conquistados pelas assentadas rurais. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais (UNESP. Araraquara. Impresso), v.40, pp.15-39, 2011.
- LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (Orgs.). Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil. Nead Debate 14. Brasília: MDA, 2008.
- MARTINS, V.S. Lugar da Morada: a constituição do lugar de viver de famílias rurais no contexto de assentamentos da reforma agrária. 2009, 218 f. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MEDEIROS, L.S. Assentamentos Rurais e Gênero: temas de reflexões e pesquisa. In: LOPES, A.L.; ZARZAR, Andrea Butto (Orgs.). Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil. Nead Debate 14. Brasília: MDA, 2008.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. (Orgs.) Retratos de Assentamentos, Araraquara, n.2, Nupedor/Unesp, 1995.

WOORTMANN, E.F. Da dependência à complementaridade. Anuário Antropológico, Brasília, n.79, UnB, 1993.

## CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER SEM TERRA: "DITOS" E "NÃO DITOS" NO JORNAL SEM TERRA

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo<sup>1</sup>

### RESUMO<sup>1</sup>

O texto mobiliza leitores a descobrirem interfaces que se realizam na sua construção teórico-metodológica. Através da leitura de matérias do *Jornal sem terra*, faz diálogos com entrevistas e diário de campo e produz argumentações em conversa com a antropologia, sociologia e história. O *Jornal sem terra* é produzido desde o ano de 1981 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este traz na sua origem a marca de "movimento de família" que o distingue em relação aos sujeitos sociais que integram a organização de outros movimentos sociais rurais e urbanos (ex: movimento sindical, centrais sindicais) e de partidos políticos. A mulher é levada a produzir sua existência de forma subordinada à condição familiar e conjugal. Mas o texto identifica marcações destoantes de mulheres rurais que buscam construir identidades políticas e profissionais e o reconhecimento de sua condição de classe social.

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Economia Doméstica/UFC. Doutora em Sociologia/UFC. Coordenadora Estadual do Programa Residência Agrária. Vice-coordenadora e docente do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas/MAPP/UFC e do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA/UFC. Pesquisadora do CNPq. E-mail: gemaesmeraldo@gmail.com.